

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 07/2019 SESSÃO ORDINÁRIA 25/03/2019

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 209/2018 - JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS** - Dispõe sobre a instituição do "Dia Municipal do Historiador" no Município de Rio Claro e dá outras providências. Processo nº 15243.

2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 211/2018 - RUGGERO AUGUSTO SERON, PAULO ROGÉRIO GUEDES E YVES RAPHAEL CARBINATTI RIBEIRO** - Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Dia do Policial Militar e Civil Veterano. Processo nº 15246.

3 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183/2018 - PREFEITO MUNICIPAL** - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 017, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 183/2018 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 195/2018 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 235/2018 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 175/2018 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 02/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 08/2019 - pela aprovação. Processo nº 15216.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 209/2018

PROCESSO Nº 15243

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre a instituição do “Dia Municipal do Historiador” no Município de Rio Claro e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o “Dia Municipal do Historiador”, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de agosto.

Artigo 2º - A presente Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 18/03/2019 - Maioria Simples.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 211/2018

PROCESSO Nº 15246

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Dia do Policial Militar e Civil Veterano).

Artigo 1º - Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Dia do Policial Militar e Civil Veterano, a ser comemorado anualmente no dia 10 de novembro.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 18/03/2019 - Maicria Simples.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.0045/18

Rio Claro, 30 de agosto de 2018

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para que seja submetido à apreciação e deliberado pela Colenda Câmara de Vereadores o Projeto de Lei Complementar que dispõe a alteração de dispositivos da Lei Complementar 017, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.

Em que pese recente alteração desse mesmo dispositivo, constante da Lei Complementar nº 139/2018, o agravamento da crise financeira, que também atingiu o Município, vem nos levando a adotar providências em todas as esferas.

É certo que lei ora vigente não garante o direito amplo e irrestrito, mas coloca a critério da administração a concessão do pagamento integral em pecúnia. No entanto, existe um número muito grande de pedidos, situação essa que torna essa decisão de acatamento extremamente vulnerável, sujeita a injustiças, pois a disponibilidade orçamentária não é capaz de atender a todos.

Nesse sentido, a solução encontrada, neste momento, foi garantir o mesmo critério de pagamento aos demais servidores da administração, que os já fixados para os lotados na educação, contidos na Lei Complementar nº 24, pelo qual poderá receber o valor da licença-prêmio integralmente em pecúnia, apenas aos servidores que também tenham pelo menos 20 anos de efetivo exercício.

Diante do exposto e contando com a honrosa atenção de Vossa Excelência e dos nobres membros desse Legislativo Municipal, aguarda-se a aprovação do Projeto de Lei Complementar em anexo.

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
ANDRE LUIS DE GODOY
DD.Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO

MARISLAINE DE O. MUNIZ
Supervisora de Secretaria

31/08/18

9:44 h.

04



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183/2018

(Altera dispositivos da Lei Complementar 017, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências)

Artigo 1º - O § 3º, do Artigo 67, da Lei Complementar 017, de 16 de fevereiro de 2007, passa a ter seguinte redação:

“§ 3º - Havendo comprovada necessidade de serviço, a critério da administração, e disponibilidade orçamentária, a licença-prêmio poderá ser paga integralmente em pecúnia, desde que o servidor tenha pelo menos 20 (vinte) anos de efetivo exercício.”

Artigo 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

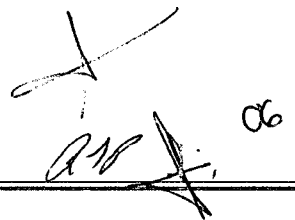
PARECER JURÍDICO Nº 183/2018 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 183/2018 – PROCESSO Nº 15216-213-18.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 183/2018, de autoria do nobre Prefeito Municipal, Sr. João Teixeira Junior, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 017, de 16 de fevereiro de 2007.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

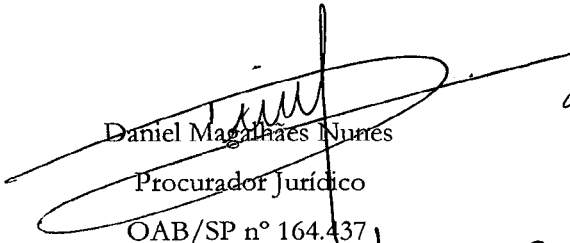
A competência de iniciativa para dispor sobre o contido na proposta em tela é privativa do Prefeito Municipal, a teor do artigo 46, bem como do art. 79, inciso V e XXX da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

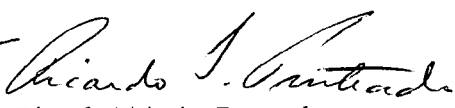
Sob esse diapasão, a legitimidade está patente.

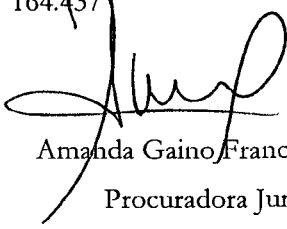
O Projeto de Lei em apreço foi elaborado para alterar o artigo 67, da Lei Complementar nº 017/2007, para permitir o recebimento da licença prêmio integralmente em pecúnia, **apenas aos servidores que tenham pelo menos 20 anos de efetivo exercício.**

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei nº 183/2018 reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 13 de setembro de 2018.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 183/2018

PROCESSO 15216-213-18

PARECER Nº 195/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Altera dispositivos da Lei Complementar 017, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **LEGALIDADE** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 19 de setembro de 2018.



Dermeval Nevoeiro Demarchi
Presidente



Paulo Marcos Guedes
Relator

Rafael Henrique Andreetta
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 183/2018


PROCESSO 15216-213-18

PARECER Nº 235/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Altera dispositivos da Lei Complementar 017, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 26 de novembro de 2018.


José Pereira dos Santos
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 183/2018

PROCESSO 15216-213-18

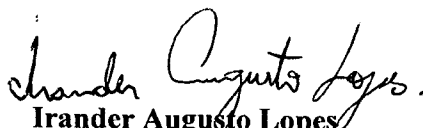
PARECER Nº 175/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Altera dispositivos da Lei Complementar 017, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **LEGALIDADE** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 06 de dezembro de 2018.


Adriano La Torre
Presidente


Irander Augusto Lopes
Relator

Caroline Gomes Ferreira
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 183/2018

PROCESSO 15216-213-18

PARECER Nº 02/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Altera dispositivos da Lei Complementar 017, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 18 de fevereiro de 2019.



José Claudinei Paiva
Presidente



Thiago Yamamoto
Relator



Geraldo Luis de Moraes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 183/2018

PROCESSO 15216-213-18

PARECER Nº 008/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Altera dispositivos da Lei Complementar 017, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 14 de março de 2019.


Geraldo Luis de Moraes
Presidente


Paulo Rogério Guedes
Relator

Maria do Carmo Guilherme
Membro

*Vou declarar
na sessão
meu voto*